



A ESCOLA DO CAMPO COMO PROTAGONISTA NA FORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE ALUNOS PERTENCENTES AO MOVIMENTO SEM TERRA

Taiana Puchale Gonçalves - UFSM – tatapuchale@yahoo.com.br
 Carla Silveira Pereira - UFSM – carlasilveira21@gmail.com
 Daniele Barros Vargas Furtado - UFSM – dbvfurtado@yahoo.com.br
 Ane Carine Meurer - UFSM - acmeurer@terra.com.br
 PIBID - CAPES

Resumo

A partir das experiências vividas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES, o presente artigo tratará de uma interlocução entre o que os acadêmicos das diferentes licenciaturas e suas práticas nos contextos escolares das Escolas do Campo, de modo a contribuir para a transformação da realidade em que se encontram inseridos (campo). A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico e relato de experiência com base em saídas a campo sobre as questões da Educação do Campo no Brasil, um breve apontamento sobre o movimento sem terra, sobre a Pedagogia do Movimento e a importância da formação social e política na Educação do campo. Para finalizar trazemos um breve relato de experiência em uma escola de assentamento no Município de São Gabriel, no subprojeto PIBID/CAPES. Nossas considerações se baseiam no processo de formação do profissional docente e nas reflexões necessárias para a atuação no contexto escolar do campo.

Palavras Chaves: Educação do Campo, MST, Formação docente.

Introdução

Este artigo constituiu-se a partir de uma experiência propiciada pelo PIBID no Sub Projeto Educação do Campo Interdisciplinar, com o objetivo de gerar uma reflexão sobre a temática de ensino para o campo.

O grupo de estudos em Educação do Campo possui entre suas atividades um espaço para dialogar e vivenciar outras experiências, tais como, Projeto de Formação continuada para educadores e educadoras das Escolas do campo do Município de São Gabriel/RS, do qual possibilitou a realização da atividade em que nos deteremos neste trabalho.

Pensando na perspectiva dos teóricos Paulo Freire e Roseli Caldart que primam por uma educação popular e reflexiva na qual as ações sociais de cada indivíduo tornam-se protagonistas no processo educativo, desta forma a escola constitui-se de um espaço marcado pelo encontro de diferentes culturas, crenças e valores, tornando-se um lugar rico em trocas de conhecimento entre os sujeitos.

A atividade que será relatada na sequência deste trabalho possibilitou discutir a realidade do mundo, para refletir ações que venham a contribuir para a transformação desta realidade.

Devido ao engessamento da educação pública no Brasil, pouco se têm discutido na formação dos futuros profissionais docentes quanto às questões sociais, políticas e humanitárias, já que estas não encontram espaço dentro das matrizes curriculares para que possam ser trabalhadas, a fim de que o ensino possa contribuir para formação social de cada educando.

A educação do campo necessita de um olhar mais aprofundado, uma vez que nesta modalidade de educação encontram-se também alunos oriundos do MST e estes estão intimamente atrelados as questões sociais e políticas de nosso país. Desta forma, a escola não pode ser apenas um local de aprendizagem de conteúdos, e sim um espaço de reflexão e contribuição na formação social de seus alunos, formando cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, uma vez que estes também serão formadores de opinião no ambiente social em que vivem.

A Educação do Campo no Brasil

Discutir a temática Educação do Campo é de extrema importância, uma vez que a esta educação requer um olhar mais aprofundado e de muitas especificidades a realidade em que a mesma atua, contribuindo não só para formação educativa do sujeito do campo, mas também no que diz respeito a sua formação enquanto ser social e político.

A Educação do campo no Brasil veio de uma discussão dos movimentos sociais do campo e pode se considerar um tema bastante jovem uma vez que estudos e conceitos sobre esta temática eram raros há dez anos. Junto com o surgimento da educação do campo, surge também o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo. As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam como afirma Mançano (2005).

A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a Educação como parte essencial para o desenvolvimento do Campo (MANÇANO, 2005, p.2).

Sabe-se que as escolas no Brasil inicialmente localizavam no espaço rural, contudo, o tempo passou e muitas transformações ocorreram; principalmente transformações

socioespaciais. O que pensávamos antes ter um significado¹, hoje na maioria dos casos se configura de outra forma.

Para compreendermos as singularidades do espaço escolar em que atua a educação do campo faz-se necessário conhecer os conceitos que perpassam o contexto escolar da Escola do campo. Destacamos três conceitos chaves para nortear a introdução aos estudos teóricos.

Sobre a Educação do Campo, encontramos na Resolução 01/2002, do Conselho Nacional de Educação que nos esclarece:

A Educação do Campo tratado como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, e campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002)

Para caracterizarmos a Escola do Campo, podemos destacar que:

[...] A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam a soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002)

Por volta dos anos 1990 a questão da educação do meio rural voltou a ser debatida e questionada pela ação dos movimentos sociais. Posicionada no contexto das lutas pela Reforma Agrária e em contraposição à educação rural². Surge então a expressão Educação do Campo como um movimento mais amplo, surgiu a partir de 1997, com a realização do I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária promovido pelo MST, em parceria com a UnB, UNICEF, UNESCO e CNBB.

Para Caldart (2008):

A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade educacional da população que vive do trabalho do campo e tomando posição no confronto de projetos de educação: contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada “educação rural”), a afirmação da educação como formação humana, unilateral e de perspectiva emancipatória, vinculada a projetos históricos, de longo prazo (CALDART, 2008).

Neste panorama podemos perceber o quão importante se faz entender e praticar uma educação do campo que de fato seja atuante e preocupada com o espaço da qual faz parte

¹ Significado de lugar onde se proporcionava ensino de qualidade e cidadãos conscientes para a vida em sociedade.

² Uma proposta de educação que nega o atraso e que afirma o meio rural e a sua gente como lugares e sujeitos de possibilidades.

desmontando o ruralismo pedagógico que é o que temos nas escolas até o presente momento, é que faz com que a nossa educação do campo na prática seja a mesma dos centros urbanos, não havendo diferenciação na realidade educativa do campo.

Para Ribeiro (2002)

A maioria dos agricultores, quando não são analfabetos, tem formação limitada sobre leitura, escrita e cálculos, que insuficientes para compreender a prática de cooperação, compreensão agravada pelas concepções tradicionais dos currículos das escolas que frequentaram. Isso significa que a base educacional mínima adquirida pelos agricultores diminui suas possibilidades de se organizar em cooperativas, enfrentando obstáculos de ordem técnica e conceptual. Além do mais, os valores e a cultura disseminados pelas escolas estão voltados para o trabalho urbano, atuando no sentido de esvaziar a identidade dos filhos dos agricultores” (RIBEIRO, 2002, p.100).

Estes apontamentos citados por Ribeiro nos fazem ratificar a ideia de que é preciso uma educação que valorize o sujeito do campo, e que seja praticada não só no campo da educação, mas também da valorização do indivíduo do campo.

O Movimento Sem Terra

Um dos protagonistas da educação do campo foi o MST na perspectiva de que a educação tradicional não atendia as necessidades das crianças e jovens que pertenciam à realidade do assentamento. Neste sentido, surge a necessidade de uma educação na Reforma Agrária que pense e contemple os interesses daqueles atrelados ao campo.

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra, MST teve sua origem no ano de 1984 durante o primeiro encontro Nacional de trabalhadores sem terra, que ocorreu no estado do Paraná. Atualmente o MST está presente em vinte e dois estados brasileiros e ainda hoje o MST conserva os seus ideais de lutar pela terra, pela reforma agrária e por uma construção mais justa da sociedade, a luta pela educação também permeia os ideais do MST (CALDART, 2003).

A forma de organização presente neste movimento nos remete à construção e valorização de um ser social que é atuante na comunidade onde vive, ou seja, através das ações propostas pelo movimento, tais como marchas, hinos de guerra, preceitos e ações de luta fazem com que os indivíduos sejam valorizados e desta forma se vejam como protagonistas na mudança do país.

Para Wood (2003) as lutas de classe presentes neste movimento fazem com que seus integrantes se descubram enquanto seres sociais, organizados e capazes de transformarem sua realidade de trabalho e de vida e neste contexto estas práticas também se tornam educativas.

A educação que surge permeada no movimento sem terra vêm se contrapor a educação formal que esta organizada a partir dos parâmetros do capitalismo como afirma Cury (2000) que “(...) O capitalismo de hoje não recusa, de fato, o direito de educação a classe subalterna. O que ele recusa é mudar a função social da mesma.”

Neste aspecto precisamente a pedagogia do movimento vêm romper com esta educação frágil e submissa aos ideais capitalistas, de modo a caracterizar seu papel político aliado ao pedagógico, construindo nesta formação um ser social e político.

Ao olharmos para o MST como uma forma organização que busca lutar pelos seus direitos sob a forma de marchas, reuniões, encontros, entre outras formas de se organizar, percebe-se que as vivências sociais propiciadas pelo dia a dia tornam-se a essência das práticas educativas no Movimento Sem Terra como relata Freire: “Envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1999, p.43).

Desta forma percebemos que a educação do campo esta diretamente relacionada ao MST é que este assume um papel desbravador enquanto luta por uma pedagogia diferenciada a realidade rural, formando não só nós bancos escolares, mas nas práticas do cotidiano.

A Pedagogia do Movimento Sem Terra

A pedagogia do movimento surge dentro do Movimento sem terra como forma de educar seus integrantes de forma a aliar teoria e prática, nas ações vivenciadas dentro do acampamento, como reuniões, os setores que compõe o acampamento e desta forma o dia a dia de cada integrante acaba por sofrer um processo educativo gradual e sistêmico.

As várias práticas educativas de que participam os integrantes do MST se transformam em práticas políticas na medida em que as participações das crianças, mulheres, da juventude, dos idosos, constroem novas relações sociais através das marchas, das assembléias, dos cursos, das caminhadas, dos trabalhos voluntários, dos gestos de solidariedade, das ocupações e mobilizações (LUCIANO, 2008, p.56).

A pedagogia do movimento vai muito além da educação tradicional que trabalha os conteúdos de forma isolada das questões políticas e sociais. A educação que nasce dentro desse movimento, de luta social, precisa atuar também como formadora, problematizadora, reflexiva contextualizando o vivido com os conceitos e conteúdos escolares.

Contextualizar os fatos históricos ou até mesmo os acontecimentos do dia a dia em detrimento das atividades escolares, muitas vezes é mais educativo do que qualquer outra metodologia. Para Cury apud Luciano a própria experiência de vida de uma classe é um momento pedagógico é que da sentindo as ações vivenciadas, ou seja, o cotidiano de cada integrante do MST acaba por agir como prática educativa.

A pedagogia do movimento enquanto prática pedagógica no cenário da educação do campo acaba por se tornar um vetor de desenvolvimento social e político daqueles indivíduos que participam da mesma, contribuindo no cenário atual para a formação de seus participantes, além de contribuir metodologicamente com formas de ensinar, e saberes diferenciados na educação convencional, como afirma Caldart (2012).

Afirmar a Pedagogia do Movimento como referência política e pedagógica da Educação do Campo é hoje parte deste desafio. Significa reafirmar os movimentos sociais como sujeitos protagonistas deste projeto e considerar a luta social como matriz pedagógica que integra a sua concepção de educação, compreendendo o campo (suas relações sociais, suas contradições) como a totalidade formadora na qual, diferentes práticas educativas se põem e contrapõem na constituição prática de determinado *ser humano* (CALDART, 2012, p.555).

A importância da Educação do Campo na perspectiva olhar do “lugar- campo”

A Escola de hoje, precisa superar os conteúdos isolados e fragmentados em que se dão, com o objetivo exclusivamente de cumprir metas e alcançar números estipulados pelas autoridades responsáveis dos vastos setores da educação brasileira. Dessa maneira, intencionalmente trabalha-se, na perspectiva fragmentada da ação docente e pouco se articula com a comunidade escolar, pouco se escuta ou se percebe as carências a serem superadas pelos educandos na escola, de uma forma que venha a contribuir com sua formação sem menosprezar as suas vivências de mundo e respeitar seu modo de vida.

Contudo, quando se trata de uma escola que atende educandos provindos de um assentamento, como é o caso da que mencionaremos neste trabalho, os olhares devem ser cuidadosos.

Eles estão na terra porque se organizaram social e politicamente para estarem neste “lugar”. Em muitos casos, continuam mobilizados para tanto e a escola não se articula com essa mobilização, pelo contrário, muitas vezes se isola do contexto, dificultando suas práticas pedagógicas analisando na perspectiva de respeito às vivências trazidas pelos próprios educandos.

Para Santos (1994), o lugar abarca uma permanente mudança, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre transformando o espaço geográfico. De acordo com o referido autor, a concepção de lugar está intimamente relacionada à própria definição de espaço:

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1994, p. 97).

A percepção e compreensão que as pessoas possuem do lugar onde vivem, são reflexos do valor das atividades realizadas no lugar, pelo gosto de viver e interagir, cada um de sua maneira com o meio natural e a realidade do local. Fatos estes que são percebidos principalmente através das relações de trabalho, de lazer, de permanência e convívio. Neste caso fala-se do campo considerando-o um “lugar”.

E como a Escola trabalha para que valorize este lugar? Ou não trabalha?

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. A cultura, os saberes da experiência, a dinâmica do cotidiano dos povos do campo raramente são tomados como referência para o trabalho pedagógico, bem como para organizar o sistema de ensino, a formação de professores e a produção de materiais didáticos.

Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; o desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos.

Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola. A escola que está inserida num espaço contraditório, que circundam com vivências experienciadas em monoculturas³ e agricultura familiar, confundem-se ao realizar um tipo de trabalho pedagógico nas escolas mesmo sabendo da importância e carência de outra forma de trabalho a ser realizado na mesma. Sabe-se o quão é difícil agir contra a lógica do sistema⁴.

A Escola do Campo possibilitando a construção de novas aprendizagens com os sujeitos do MST – relato de experiência

Através do Projeto PIBID Interdisciplinar Educação do Campo, foi realizada uma atividade na Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas, "localizada na zona rural, no distrito de Caiboaté, distando 35 km da zona urbana de São Gabriel" em área de assentamento com os alunos do quinto ao nono ano do ensino fundamental.

A atividade proposta foi à elaboração de um debate com a temática Agricultura Familiar versus Agronegócio, embasada em uma matéria publicada na internet a turma foi

³ Monocultura é a produção ou cultura agrícola de apenas um único tipo de produto agrícola (ex: soja e algodão). Está associada aos latifúndios.

⁴ Sistema Capitalista: um sistema econômico onde todos os meios de produção são de propriedade privada, outros o definem como um sistema onde apenas a "maioria" dos meios de produção está em mãos privadas.

dividida em três grupos, sendo que a formação era mista entre as séries que compunham a atividade, o primeiro grupo foi nominado agricultura familiar, o segundo Imprensa e o terceiro o setor do Agronegócio, a imprensa formulou cinco perguntas para cada setor a serem realizadas no momento do debate, os demais grupos tiveram que elencar razões para defender o seu modo de produção.

Após esta etapa os grupos foram acomodados de forma a simular um debate, um representante da Agricultura familiar e outro do Agronegócio tiveram que responder as perguntas da imprensa com o auxílio do professor mediador.

A resposta a esta atividade foi bastante relevante, uma vez que os alunos demonstraram um vasto domínio sobre a realidade em que vivem, bem como das situações políticas e sociais a que estão expostos, em contraponto aprenderam sobre o Agronegócio é como este se comporta em relação à agricultura familiar, outro aspecto citado pelos alunos como relevante foi conhecer como se comporta a Imprensa com relação à manipulação dos fatos.

Para expressar a compreensão dos alunos perante esta atividade, sita-se fragmentos das redações elaboradas a partir do debate....

Como a gente apreendeu a gente ensinou muita coisa, foi um pouco difícil falar sobre o agronegócio, pois não entendíamos muita coisa sobre o assunto, mais com as dicas dos professores a gente conseguiu interagir mais no assunto, foi uma experiência boa com certeza a gente vai levar esse aprendizado muito a diante (ALUNOS DO GRUPO AGRONEGÓCIO, 02.08.2013).

A discussão foi boa, porque esclareceu as nossas dúvidas que tínhamos e trouxe mais conhecimento para todos nós. É tudo que nós aprendemos hoje foi suficiente para saber que podemos ajudar nossos pais a não utilizar agrotóxico e usar adubo orgânico (ALUNOS DO GRUPO AGRICULTURA FAMILIAR, 02.08.2013).

Como deu para ver tem muita coisa para se aprender, eu aprendi muito é você? Com certeza você também aprendeu coisas muito importantes para a nossa vida. É bom lembrar é preciso fazer de tudo para não utilizar fertilizantes (ALUNOS DO GRUPO IMPRENSA, 02.08.2013).

A atividade alcançou os resultados esperados, pois os alunos conseguiram compreender como se comporta a economia do setor primário através destes dois atores agronegócio e agricultura familiar, bem como o comportamento da imprensa mediante os fatos, após o termino do debate escreveram redações que comprovam a assimilação do conhecimento proposto.

Este trabalho serviu como referencial para a questão de como a escola tem um papel relevante na formação política e social de seus discentes, formação esta que vai além dos conteúdos programáticos do ano letivo permeando outros vieses da educação, tão importantes

na construção do conhecimento destes alunos que estão inseridos num contexto de lutas sociais, políticas e econômicas.

Veja a seguir imagens da atividade realizada:



Imagem 01. Os grupos durante a etapa de elaboração das idéias antes do debate.



Imagem 02. Alunos organizados em forma de plenária para a realização do debate

Considerações Finais

Este trabalho foi pensado tendo em vista a importância de se discutir a educação do campo voltada para a abordagem das questões sociais e sobre o contexto histórico em que seus indivíduos estão intimamente ligados.

Buscamos materializar nossas convicções de que é possível fazer do espaço escolar, espaço de construção de cidadania, partindo do princípio de que o lugar do educando, bem como seus saberes cotidianos, podem subsidiar sua aprendizagem se respeitados pela escola e em particular pelo professor, abrindo um leque de possibilidades para uma aprendizagem significativa.

Para nós, acadêmicos do PIBID, os estudos realizados contribuem de modo positivo para que possamos compreender o contexto escolar do campo de forma diferenciada do contexto urbano. Assim, nossas práticas nas escolas do campo tornam-se qualificadas por pensar sobre o espaço e sujeitos que se relacionam. As propostas realizadas e os estudos teóricos colaboram para a formação do profissional docente que irá analisar e refletir sobre sua formação e seus espaços de atuação, antes de propor.

Para a educação do campo e principalmente para as pessoas envolvidas com o movimento sem terra, a educação age como propulsora que possibilita através do conhecimento, da formação social e política formar não só para as questões práticas, mas também para as questões cotidianas e futuras do sujeito na sociedade.

Referências

CALDART, Roseli Salete. **Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia.** Currículo sem Fronteiras, V.3, N.1, PP.50-59, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli. **Sobre Educação do Campo.** In: SANTOS, Clarice Aparecida dos Campos - Políticas Públicas - Educação. Contribuições para um projeto de Educação do Campo. Coleção “Por uma Educação Básica do Campo”, n.7. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

CALDART, R.S; Et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CURY, R. J. Carlos. **Educação e contradição.** Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educacional. 13. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1999.

LUCIANO, Charles Luiz Policena. **Escola Itinerante: Uma análise das práticas educativas do MST no contexto da democracia liberal.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

MANÇANO, Bernardo Fernandes. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: Espaços e território como categorias essenciais.** São Paulo: UNESP-2005.

RIBEIRO, Marlene. **Formação cooperativa e educação escolar: Realidades que se complementam ou se contrapõem?** In: VENDRAMINI, Célia (org.). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis: NUP/CED, 2002. P91-110.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico - Científico Internacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

WOOD, Ellen. M. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo editorial, 2003.